

A televisão tem dessas coisas: andei falando do pé frio da Globo e de Zagalo e a seleção acabou campeã do Pré-Olimpico, mesmo que ninguém tenha entendido nada. E pela Globo, logo após matéria no DF-TV sobre mais acidentes de ônibus na cidade, entra um comercial da TCB sobre as providências e melhorias no transporte urbano da cidade que apesar das mortes e dos feridos sofreu um substancial

aumento nas tarifas na semana passada. Da mesma maneira, o programa Um toque de bola (Manchete) levou o goleiro Paulo Victor à mesa de debates, o domingo à noite. A pauta, é claro, era uma cacetada na seleção pré-olímpica, coisa que ninguém engoliu depois da conquista do título. Coisas da vida... e da tevê.

CLARA CONDE

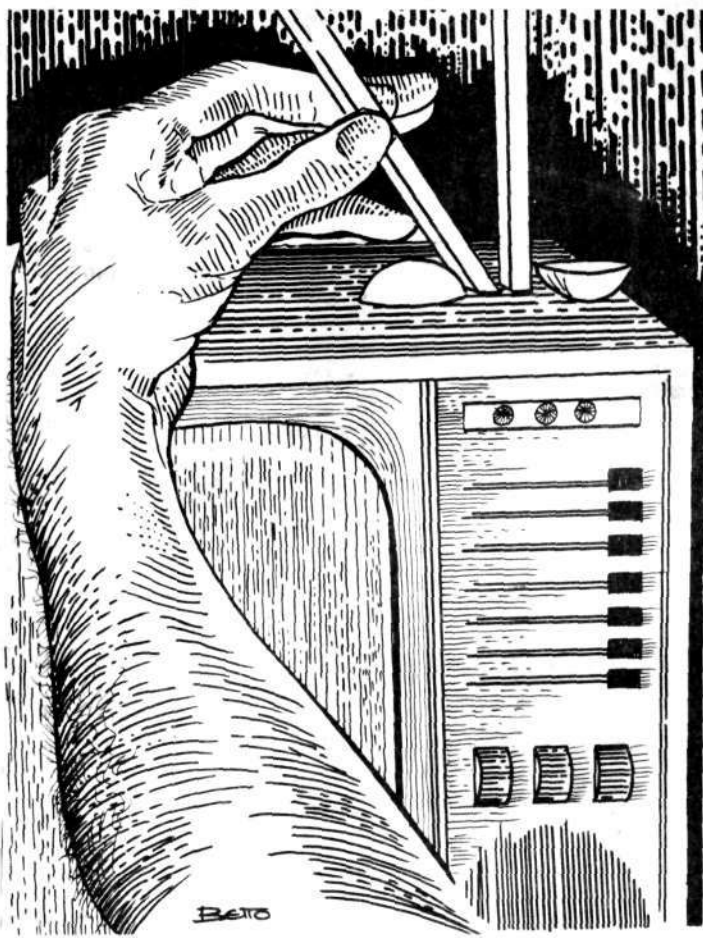
- 5 MAI 1987

CORREIO BRAZILIENSE

Constituinte e tevê

SERGIO DAYRELL PORTO
Colaborador

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, não tem formalmente propostas a serem feitas à Assembléia Nacional Constituinte, muito embora o seu vice-presidente, Fernando Ernesto Corrêa, que falou na última 4ª feira, à subcomissão de Ciência, Tecnologia e da Comunicação, da Constituinte, tenha sugestões pessoais. As suas insatisfações com o atual regime de concessões de canais de rádio e televisão, vêm de sua prática profissional junto à Rede Brasil-Sul de Comunicação (retransmissora da Globo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul), portanto, de sua vivência no mercado de tv no Brasil, numa experiência um pouco fora do eixo Rio-São Paulo. Ele prefere dizer que a ABERT tem apenas idéias conceituais sobre o problema e essas, as que nos fornece, coincidem exatamente com os princípios defendidos, na mesma subcomissão, pelos empresários que atuam na área da comunicação social no Brasil. Na última 3ª feira, um dia antes de sua fala, o presidente da ANER (Associação Nacional dos Editores de Revistas), Dr. Roberto Civita, defendeu com firmeza os princípios do livre-comércio na atividade editorial de revistas no Brasil, afirmando ideologicamente: "Eu não tenho, senhoras e senhores Constituintes, o necessário distanciamento para uma abordagem desapassionada de alguns assuntos ligados à imprensa — suas natureza, razões de existir e pressupostos básicos de sobrevivência. "A posição da ABERT também não difere daquela defendida pelo Sr. José Antônio do Nascimento Brito, presidente da ANJ — Associação Nacional de Jornais, que dizia: "Entendemos que a Constituição do País deve estar livre das normas que, em nome da segurança do Estado e da moralidade pública, submetem a liberdade de expressão a limites ou ressalvas". E o diretor do Jornal do Brasil explicitou, em vários momentos de sua fala, aparentemente menos apaixonada, que a livre iniciativa e o livre comércio deveriam fazer face a qualquer tipo de intervenção ou monopólio estatal ou privado, que viesse a cercear a li-



berdade da atividade empresarial dos jornais.

Voltando ao vice-presidente da ABERT, repetindo os mesmos princípios liberais da véspera, em seu jeito nervoso e agitado — por isso, bastante sincero, chegava, no entanto, a posições pessoais bem objetivas, talvez menos idealistas e ou ideológicas que as anteriores, a respeito do tema da exploração dos meios eletrônicos de comunicação social no Brasil. Ele disse claramente que o atual regime de concessões é imperfeito, que o concessionário fica à mercê da autoridade administrativa, que concede, renova e cassa, o que representa uma enorme insegurança para quem atua num mercado tão cheio de riscos e ônus. Essa política, como um todo, deve ser conduzida pelo Congresso Nacional e aí será importante ver, na própria Constituinte, a que regime político o Brasil vai se filiar, se realmente ao presidencialista ou se vai mudar para o parlamentarista. De qualquer forma, as concessões deveriam ser atos do Poder Judiciário.

Se, por um lado, os empresários não se encontram satisfeitos com o atual regime de concessões de canais de tv, e se mostram inseguros diante de certas exigências do Estado e da sociedade ci-

vil, esses debates e audiências junto à Subcomissão da Comunicação na Constituinte, mostraram que o outro lado está também bastante insatisfeito — o lado dos trabalhadores em instituições de comunicação, como jornalistas e radialistas. Armando Rollemberg, presidente da Fenaj, pronunciou, na última terça-feira, o discurso mais apaixonado e inflamado da subcomissão, dizendo "a informação é um bem público, não é uma simples mercadoria e não pode regular-se, pura e simplesmente, com os objetivos de lucro. A informação é um bem coletivo".

Da mesma forma pensam os radialistas, que representados pelo presidente da FNR — Federação Nacional dos Radialistas, Sr. Antonio M. A. Cortizo, defenderam na última 4ª feira as propostas contidas no documento da Contcop — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade. O texto diz: "o direito de comunicação tem um conteúdo mais amplo e complexo até mesmo que o da simples liberdade de expressão. Porque ele incorpora também o direito de acesso aos meios e participação no conteúdo, o direito de receber e produzir informações".

Nessa divergência de princípios — livre comércio versus Participação efetiva da sociedade civil nas políticas e práticas de comunicação social no Brasil, nessa dicotomia entre liberdade de expressão pura e simples versus deveres do Estado em garantir a participação de todos os setores que atuam nos processos de Comunicação do País, ou que são atingidos por estes mesmos processos, têm se situado as exposições e os debates nas audiências públicas travadas na subcomissão da comunicação da Constituinte.

As nuances ficam por conta de algumas intervenções de constituintes, como o deputado Olivio Dutra — PT (RS), Carlos Alberto — caó — de Oliveira — PDT (RJ), Antonio Brito — PMDB(RS), Rita Furtado — PFL(RO), e Angelo Magalhães — PFL(BA). Dentre essas nuances ficam visíveis alguns problemas, também analisados dicotomicamente: de um lado, jornalistas e radialistas acham que os empresários não cumprem o que dizem em seus discursos liberais e que a liberdade de expressão acaba sendo a liberdade do empresário. De outro, os empresários acham que o compromisso político dos trabalhadores em comunicação, acaba comprometendo sensivelmente o exercício empresarial, uma vez que atrai a ação do Estado e da sociedade civil como interventores em suas atividades e aí estaria também comprometida a liberdade de imprensa.

De qualquer forma, com a volta da deputada Cristina Tavares — PMDB(PE), relatora da subcomissão (ela estava na Nicarágua, sendo substituída pelo senador Pompeu de Souza — PMDB(BSB) e também com a participação do deputado Arolde de Oliveira — PFL(RJ) — presidente da subcomissão, acredita-se que a Comissão da Família, Educação e Cultura (à qual se filia a subcomissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia) receba um corpo de informações a respeito da prática e das necessidades da comunicação no Brasil, o mais abrangente possível. Os temas são naturalmente controversos e o principal é que se resguarde a opinião de cada uma das partes que intervêm no processo da comunicação social do País.